

Parra aponta conflito em edital do contrato para espantar pombos

# Oposição nota conflito em itens do edital de pombos

Texto publicado pela Prefeitura de S.Caetano proibe consórcio em determinado trecho e libera em outro

O edital de licitação que foi aberta pela Prefeitura de São Caetano, comandada por José Auricchio Júnior (PSDB), para contratação de empresa para controle de pombos e outras pragas urbanas é conflitante quando trata da participação de consórcios, como o que foi firmado entre as firmas Guima e Desintec. O item 6.3.8 veda a participação de empresas "reunidas em consórcio". Porém, o 2.6 é imediatamente contrário. "A fim de que não seja alegado eventual impedimento de participação, será permitida a participação de empresas em consórcios". Isso motivou o vereador Edison Parra (Podemos) a protocolar denúncia no Ministério Público. Na visão do parlamentar, as regras do jogo foram burladas pela administração municipal. "Além de elevadíssimos valores (pode chegar a R\$ 80 milhões em cinco anos), várias circunstâncias me chamaram a atenção. A Prefeitura precisa dar muitas explicações", argumentou o legislador. **Política 3**

## Parra aponta conflito em edital do contrato para espantar pombos

Trecho veda participação de consórcios, como o Guima-Desintec, vencedor da concorrência, mas outra parte libera união de empresas em S.Caetano

WILSON GUARDIA  
wilsonguardia@iglobo.com.br

O edital de licitação aberta pela gestão do prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), para contratar empresa prestadora de serviço de controle de pragas urbanas traz itens conflitantes com relação à possibilidade de participação de consórcios, como o firmado entre as firmas Guima Conseqo Construção, Serviços e Comércio Ltda e Desintec - Serviços Técnicos Ltda.

A observação está na denúncia protocolada pelo vereador de oposição Edison Parra (Podemos) ao Ministério Público. Na visão do parlamentar, as regras do jogo foram burladas pela administração.

O edital versa, em seu item 6.3.8, que está vedada a participação de empresas "reunidas em consórcio". Porém, o item 2.6 existe a regra para a liberação desta modalidade: "a fim de



AURICCHIO. Assinou o contrato milionário



PARRA. Observa inconsistências na concorrência

que não seja alegado eventual impedimento de participação, será permitida a participação de empresas em consórcios o que vai ao encontro da finalidade da licitação que é a obtenção da melhor relação benefi-

cio-custo para atender à necessidade da Administração. Os consórcios constituem instrumentos de ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam as empresas que os integram somar capaci-

dade técnica, econômico-financeira para realização conjunta dos serviços".

Na visão de Parra, a falta de transparência do governo Auricchio faz com que o processo esteja em xeque, já que não há informações se

havia necessidade de formação de consórcios para obtenção do menor valor, como descreve o edital.

No pedido de apuração pelo MP, os advogados de Parra entendem existir outra falha, o que pode levar à anulação do contrato de R\$ 80 milhões ao longo de 60 meses.

"Acionei o MP por várias razões. Além de elevadíssimos valores, várias circunstâncias me chamaram a atenção. Um deles é a inconsistência em relação ao CNPJ do consórcio vencedor da licitação. Então, a Prefeitura precisa dar muitas explicações em relação a esse assunto", discorre o opositorista.

O edital 144/2023, aberto em janeiro do ano passado, teve inicialmente apenas o nome das empresas Guima-Desintec lançados no prego, porém, o atual CNPJ do consórcio foi constituído apenas em 26 de dezembro de 2023, poucos dias antes do contrato ser

assinado.

Na petição, o parlamentar endossa outras dúvidas sobre o contrato, a exemplo, segundo ele, da falta de clareza sobre a destinação dos pombos, ovos e ninhos, quais técnicas serão utilizadas entre outros pontos.

Mesmo com toda a celeuma, o governo Auricchio, no último dia 9, empenhou R\$ 2,1 milhões para pagamento do consórcio. Mesma indagação pelo Diário, a gestão tuicana não deu explicações.

O consórcio Guima-Desintec também foi procurado pelo Diário, por e-mail, formulários no site oficial das empresas e telefone. Na ligação, a atendente transferiu para o departamento de licitações. Quando o assunto a ser tratado foi explicado, uma funcionária informou que "levaria o caso para o responsável", porém até o fechamento desta edição nenhuma das empresas se manifestou para esclarecer o caso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3